Selos Históricos em processos judiciais, ratificados pela SAD, cf. item 2 da 20ª Ata de reunião (15/12/2022)

Número autos	Motivo	Decisão SAD
MC 65/2002-012	APM (fl. 11) Vinculada à RT (ver)	Art. 50, I, Política 63/22
PS 146/2001-009	Inicial DRT (obs. – vinculada a outra RT - ver)	Art. 50, V
RT 33201/96-012	Baixa CTPS (guarda 40 anos – fls. 14 e 21). Acordo não homologado. Dr. Lauremi Camaroski (fl. 35-v), Docto indisponível (fl. 39). Fato interessante (fl. 16 fraude dos 40% FGTS) Corte Cronológico.	Art. 50, XVIII ou XV
PS 144/2001-001	DRT e art. 38/CLT	Art. 50, V
RT 7694/2001-011	Notícia publicada em imprensa oficial (fl. 196 e 210), Intervenção (Fraude Sindicato/Core – dispensa em massa – fls. 14 e 15) Decisão liminar manuscrita (Dr. Bráulio Gusmão – fl. 118) Fls. 118 e 227 – situação inusitada	Art. 50, VI, X, XVI
RT 22202/1991-012	Empresa Cobra Computadores	Art. 50, I
RT 14741/1995-018	Instituto de Saúde do PR integrado ao pólo passivo (fl. 250). Relator defende a responsabilidade solidária da Admin. Pública no caso de terceirização (mas é voto vencido, mantendo-se a resp. subsidiária). Corte Cronológico.	Art. 50, I e II Súmula 331, IV
RT 1549/1990-004	Autor Admitido pelo EMOPAR, absorvida pelo DECOM (autarquia estadual), fl. 60 Dr. João Oreste Dalazen – Min. TST, foi juiz nos autos – fl. 64) com demais classistas. Vínculo não reconhecido. Corte cronológico.	Art. 50, I e IV
RT 4169/2000-001	Fl. 06, 410/412, 502, 722 e 724. Acordo fl. 1114/1115 e 1138. ACP proposta pelo MP. Fraude na terceirização, via Cooperativa (sem anotação de CTPS, sem divisão de lucro etc). Acordo – obrigação de não fazer (Matéria apenas de direito).	Art. 50, VI e XII